

Advogado(s): João Bosco Kumaira OAB/MG 11.366; Alessandro Fernandes Braga OAB/MG 72.065; Otávio Machado F. M. Lages OAB/MG 116.350; Fábio Murilo Nazar OAB/MG 76.955; Ronaldo Maurílio Cheib OAB/MG 38.933; Bárbara Maria Brandão Caland Lutosa OAB/MG 142.258

Extrato de decisão/despacho: Julgo extinto parcialmente o crédito de José Alfredo de Alencar Barreto. Mantenho a reserva do crédito feita às fls.41. Por ocasião da liberação do crédito, recolha os tributos devidos, mediante registro e comprovação nos autos, além das informações aos interessados. Oficie-se ao juízo da origem sobre o pagamento realizado e sobre a extinção parcial da obrigação. Aguardem-se providências para o pagamento integral do precatório. Publique-se; Cumpra-se.

Marilene de Vasconcelos Albrigo
Assessora Técnica II

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva: Selma Michaelsen Dias

GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Gerente: Daniela Ataíde Giovannini
08.04.2014

CONTRATO – EXTRATO

Minha Biblioteca Ltda. Ct. 050/2014 de 08.04.2014. Processo: 1718/2013 - Objeto: Concessão de licença para acesso online à Base de Dados formada por um acervo de aproximadamente 3.000 obras pertencentes às Editoras Grupa A, Grupo Gen, Editora Atlas e Editora Saraiva. - Vigência: 08.04.2014 a 08.04.2015 - Valor do Ct.: R\$ 132.300,00, Dotação Orçamentária nº 4031.02.061.706.4.224.3.3.90.30.31 – Livros Técnicos.

TERMO ADITIVO – CONTRATO (EXTRATO)

Liderança Limpeza e Conservação Ltda - 2ªTA de 28.02.2014 ao Ct. 449/2013 de 01.11.2013 – Processo: 390/2014 - Objeto: Alteração de quadro e de cláusula- Vigência: 28.02.2014 a 01.11.2014 – Valor do termo: R\$ 1.324.879,08, Sendo R\$ 419.401,18 na Dotação Orçamentária nº. 4031.02.061.706.4.224.3.3.90.37.01 – Locação de Serviços de Conservação e Limpeza e R\$ 905.477,90 na Dotação Orçamentária nº. 4031.02.061.706.4.224.3.3.90.37.02 – Locação de Serviços de Apoio Administrativo.

GERÊNCIA DE COMPRA DE BENS E SERVIÇOS

Gerente: Henrique Esteves Campolina Silva
08.04.2014

AVISO

Licitação: 037/2014

Processo: 1.383/2013

Modalidade: Concorrência

Objeto: contratação de prestação de serviços, por empresa especializada, de adaptações e implantações de *layouts* com fornecimento e instalação/remanejamento de divisórias, pontos elétricos e de telecomunicações e serviços complementares, em edificações ocupadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no interior do estado, não integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme especificações técnicas contidas no Projeto Básico e nos demais anexos, partes integrantes e inseparáveis do Edital.

Data da entrega de envelopes de habilitação e propostas: até 12/05/2014 às 17h.

Sessão pública para abertura dos envelopes de habilitação: 13/05/2014 às 14h.

Os interessados poderão fazer *download* do edital e das Especificações Técnicas Complementares no sítio www.tjmg.jus.br link Transparência/Licitações 2014.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014

Processo: nº 1632/2013

Licitação: nº 131/2013

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos condicionadores de ar tipo "Split" com instalação, para edificações utilizadas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais em diversas cidades do Estado.

Vigência: de 08.04.2014 a 08.04.2015

LICITANTE VENCEDOR:

Lotes 01, 02, 03, 04 e 05: Tempo Frio – Comércio e Serviços de Refrigeração Ltda - ME.

Os interessados poderão consultar o inteiro teor do extrato da Ata de Registro de Preços no sítio www.tjmg.jus.br link licitações 2014.

**AVISO
REPUBLICADO (*)**

Licitação: 033/2014

Processo: 303/2014

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de aparelhos condicionadores de ar tipo "janela", para edificações utilizadas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais em diversas cidades do Estado.

Data da sessão pública:

- Recebimento das propostas até às 14h00min do dia 24.04.2014.

- Abertura das propostas às 14h00min do dia 24.04.2014.

- Início da disputa às 14h00min do dia 25.04.2014.

Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer *download* do edital no sítio www.tjmg.jus.br – Licitações – 2014. O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta na Rua Timbiras, 1802, de 2ª a 6ª feira, de 8 às 18h.

(*) Republicado para correção dos lotes.

**AVISO
REPUBLICADO (*)**

Licitação: 09/2014

Processo: 2.150/2013

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: contratação de empresa especializada para intermediação e agenciamento de viagens aéreas nacionais e internacionais para atendimento das demandas institucionais do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, destinadas a Magistrados, Servidores, Funcionários, Autoridades de outros Poderes/órgãos e outros profissionais que realizarem serviços/trabalhos para este Tribunal, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis do Edital.

Data da sessão pública:

- Recebimento das propostas até às 14h00min do dia 28.04.2014.

- Abertura das propostas às 14h00min do dia 28.04.2014.

- Início da disputa às 14h30min do dia 28.04.2014.

Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer *download* do edital no sítio www.tjmg.jus.br - Licitações - 2014. O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta na Rua Timbiras, 1802, de 2ª a 6ª feira, de 8 às 18h.

(*) Republicado por alterações no edital.

A Gerência de Compra de Bens e Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais torna público aos interessados que permanecem inalterados os seguintes preços registrados:

Ata de Registro de Preço nº 010/2013

Vigência: Lote 01 – 21/03/2014

Objeto: Caixa de Papelão para Arquivo

Lote 1: Fornecedor: R da Silva Rodrigues - ME.

Item 1.1: Caixa de Papelão para Arquivo

Valor Unitário: R\$0,81

Quantidade registrada: 200.000

Ata de Registro de Preço nº 042/2013

Vigência: Lote Único - Itens: 1, 2 e 3 – 09/12/2014

Objeto: Película de Controle Solar (Insulfilme)

Lote único: Fornecedor: Gray Comércio de Filmes e Acessórios Ltda.

Item 1.1: Película de Controle Solar Tipo "Insulfilme", metalizada, duplo refletiva, cinza.

Valor Unitário: R\$86,11

Quantidade registrada: 600m²



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 11/2014

PROCESSO Nº 1632/2013

LICITAÇÃO Nº 131/2013 – Pregão Eletrônico

VALIDADE: até 08/04/2015

Aos 08 dias do mês de **abril** de 2014, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº 1420 e Rua Goiás nº 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, pelas Leis Estaduais nº 13.994, de 18.09.2001, nº 14.167, de 10.01.2002, pelos Decretos Estaduais nº 44.786 de 18.04.2008, nº 46.311 de 16.09.2013, nº 45.902, de 28.01.2012, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993 e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços da empresa abaixo identificada, a seguir denominada simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

LOTES 1, 2, 3, 4, 5 - TEMPO FRIO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - ME, com sede na ST SER/SUL Comércio Local Bloco "A", Lote 07/09, Lojas 29 e 33, em Cruzeiro Velho, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 13.851.409/0001-63, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr(a). Ivan Sandro Ribeiro de Oliveira, residente em Brasília, Distrito Federal, portador da Carteira de Identidade n.º 1.326.108 – SSP/DF, CPF n.º 626.627.081-15.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento e instalação de equipamentos condicionadores de ar tipo "Split" com instalação, para edificações utilizadas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais em diversas cidades do Estado, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e anexos, partes integrantes e inseparáveis do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 131/2013 - Pregão Eletrônico.

1.1. Este instrumento não obriga o TRIBUNAL a adquirir o(s) objeto nele registrado(s) nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o(s) beneficiário(s) do registro terá(ão) preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedor(es) registrado(s) encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O TRIBUNAL fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, retirar o termo contratual ou instrumento equivalente (nota de empenho).

5.1. Se o fornecedor recusar-se o termo contratual ou instrumento equivalente (nota de empenho), poderão ser convocados os demais beneficiários relacionados neste instrumento, respeitadas as condições de fornecimento e a ordem de classificação nesta Ata.

DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega e instalação dos equipamentos, contados a partir do recebimento da ordem de serviço pelo fornecedor, será de 30 (trinta) dias corridos.

6.1. O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na GEMAP, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

6.2. Locais de instalação e horários:

6.2.1. Locais de instalação dos equipamentos:

6.2.2. Os endereços dos locais de entrega e execução dos serviços serão informados quando das ordens de serviço por parte do TJMG.

6.2.3. Os endereços de todas as edificações e unidades prediais onde ocorrerão as instalações encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do TJMG na internet nos endereços:

http://www.tjmg.jus.br/servicos/gi/guia/primeira_instancia/pesquisa.do

http://www.tjmg.jus.br/servicos/gi/guia/segunda_instancia/pesquisa.do

6.3. Dias e horários para entrega de equipamentos e execução dos serviços de instalação:

6.3.1. De entrega: dias úteis, de 08:00 às 18:00 horas, devendo ser previamente agendada com o setor GEMAP, através do telefone 31 3237-7052;

6.3.2. De instalação: dias úteis, de 08:00 às 18:00 horas, e, a critério do Tribunal ou solicitação da Contratada, a partir das 18:00h dos dias úteis, finais de semana e feriados, desde que previamente autorizado pela Administração da Unidade, sem ônus adicional para o Tribunal;

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.1. O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido no contrato ou no instrumento equivalente;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.


7.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da **Gerência de Manutenção, Instalações Prediais e Controle do Patrimônio Imobiliário**.

7.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto/serviço rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.1. DO TRIBUNAL:

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado;

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata;

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

8.1.5. Outras obrigações estabelecidas no contrato.

8.2. DO FORNECEDOR:

8.2.1. Entregar os produtos e prestar os serviços de instalação de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega estabelecido na Cláusula Sexta deste instrumento e as quantidades constantes do termo contratual ou instrumento equivalente (nota de empenho), responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata;

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar, quando da execução do pedido contido no termo contratual ou instrumento equivalente (nota de empenho);

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento/serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.2.7. Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais/prestação dos serviços, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

8.2.11. Outras obrigações estabelecidas no contrato.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da nota fiscal.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. O fornecedor deverá emitir nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e consequentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Gerência de Manutenção, Instalações Prediais e Controle do Patrimônio Imobiliário, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor no prazo estabelecido no contrato.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos/serviços prestados em desacordo com especificações que integram esta Ata.

9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, "*pro rata tempore*", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual variação daqueles praticados no mercado, ou fato que altere o custo dos serviços ou bens registrados.

10.1. As alterações de preços desta Ata obedecerão às regras contidas no art. 15 do Decreto Estadual nº 46.311 de 16.09.2013;

10.2. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item ou do lote ou de toda a Ata de Registro de Preços, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO BENEFICIÁRIO DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. O registro do preço de beneficiário específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo TRIBUNAL:

- a) quando o beneficiário não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o beneficiário não retirar o termo contratual ou instrumento equivalente (nota de empenho) no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) quando o beneficiário der causa à rescisão administrativa da contrato ou nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- d) quando o beneficiário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) quando o beneficiário sofrer sanção prevista nos inc. III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal 8.666/1993 ou no art. 7º da Lei 10.520/2002.
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.
- g) quando ocorrer fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique ou impeça a execução do objeto e o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, mediante solicitação escrita do fornecedor.

11.2. O cancelamento nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b", "c", "e" e "f", será formalizado por despacho da Autoridade competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou do termo contratual ou instrumento equivalente (nota de empenho), garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) até 0,3%(três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do respectivo equipamento ou do serviço de instalação, por atraso na entrega de equipamento ou de serviço de instalação;
 - b.2) até 0,3%(três décimos por cento) por evento, sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, por descumprimento de quaisquer outras obrigações;
 - b.3) até 20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, por entrega de equipamento não efetuada ou serviço de instalação não efetuado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas, com a possível rescisão contratual;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do inciso do II do art. 38 do Decreto Estadual nº 45.902/2012 e demais disposições correlatas, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais.

12.1. A recusa injustificada do beneficiário da Ata em retirar o termo contratual ou instrumento equivalente (nota de empenho), aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA/MODELO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O TRIBUNAL poderá aceitar que o fornecedor entregue produto de marca/modelo diversos daqueles inicialmente registrados, por motivo de fato superveniente. O procedimento para troca da marca inicialmente registrada dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor juntamente com apresentação de amostra da marca/modelo pretendidos.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) comprovação das condições técnicas da marca/modelo pretendidos com as exigências em que se realizou o registro de preços;
- b) apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca/modelo pretendidos.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca/modelo

13.3. Caso o TRIBUNAL acate o pedido de troca de marca, o fornecedor não poderá, de forma alguma, majorar o preço inicialmente registrado.

13.4. A alteração da marca/modelo inicialmente registrados será devidamente publicada no Diário do Judiciário eletrônico – DJe.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços;
- b) é vedado caucionar ou utilizar o termo contratual ou instrumento equivalente (nota de empenho) decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização do TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 08 de abril de 2014.

Pelo TRIBUNAL:

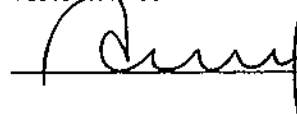
JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES
Desembargador Presidente

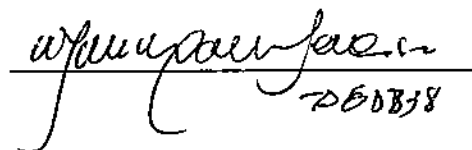
Pelo FORNECEDOR:

IVAN SANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA
Sócio Administrador

TEMPO FRIO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - ME

Testemunhas:

 135.873-5

 250818

ANEXO I DA ATA - QUANTITATIVOS, MARCA(S), PREÇO(S) E FORNECEDOR(ES)
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 11/2014)

LOTE	OBJETO	ITEM	CAPACIDADE	QUANT.	CÓDIGO TJ	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)		FORNECEDOR
							PRODUTO	INSTALAÇÃO	
1	Eventual fornecimento e instalação de condicionadores de ar tipo "Split system" nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Abaeté, Araguari, Araxá, Arcos, Bambuí, Bom Despacho, Bom Sucesso, Bonfim, Brumadinho, Campina Verde, Campo Belo, Campos Altos, Canápolis, Candeias, Capinópolis, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmo do Paranaíba, Carmópolis de Minas, Carneirinho, Cláudio, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Divinópolis, Dorcas do Indaiá, Estrela do Sul, Formiga, Fronteira, Frutal, Ibiá, Iguatama, Itapajipe, Itapecerica, Itaúna, Ituiutaba, Iturama, Juatuba, Lagoa da Prata, Luz, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Morada Nova de Minas, Nova Ponte, Nova Serrana, Oliveira, Pains, Papagaio, Pará de Minas, Passa-Tempo, Patos de Minas, Patrocínio, Perdizes, Pitangui, Pompeu, Prata, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Sacramento, Santa Vitória, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Abaeté, São Gonçalo do Pará, São Gotardo, Tiros, Tupaciguara, Uberaba e Uberlândia, conforme especificações técnicas.	1.1	9.000 BTU's/h	10	95.10.128-4	KOMEKO KOS09FC	R\$ 1.450,00	R\$ 600,00	TEMPO FRIO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - ME
		1.2	12.000 BTU's/h	20	95.10.133-0	KOMEKO KOS12FC	R\$ 1.650,00	R\$ 680,00	
		1.3	18.000 BTU's/h	20	95.10.121-7	BRIZE BZS18FC	R\$ 2.715,00	R\$ 750,00	
		1.4	24.000 BTU's/h	20	95.10.166-7	BRIZE BZS24FC	R\$ 3.200,00	R\$ 800,00	
		1.5	30.000 BTU's/h	15	95.10.148-9	KOMEKO KOS30FC	R\$ 5.000,00	R\$ 950,00	
		1.6	36.000 BTU's/h	5	95.10.168-3	HITACHI RPC 36 AP	R\$ 5.820,00	R\$ 1.050,00	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

LOTE	OBJETO	ITEM	CAPACIDADE	QUANT.	CÓDIGO TJ	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)		FORNECEDOR
							PRODUTO	INSTALAÇÃO	
2	Eventual fornecimento e instalação de condicionadores de ar tipo "Split system" nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Água Boa, Arinos, Bocaiuva, Bonfinópolis de Minas, Brasília de Minas, Buenópolis, Buritis, Capelinha, Conceição do Mato Dentro, Coração de Jesus, Corinto, Curvelo, Diamantina, Espinosa, Francisco Sá, Grão-Mogol, Itamarandiba, Jaíba, Janaúba, Januária, João Pinheiro, Manga, Mato Verde, Minas Novas, Mirabela, Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros, Paracatu, Paraopeba, Pirapora, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Rio Vermelho, Sabinópolis, Salinas, São Francisco, São João da Ponte, São João do Paraíso, São Romão, Serro, Sete Lagoas, Talobairas, Três Marias, Turmalina, Unai, Várzea da Palma e Vazante, conforme especificações técnicas.	1.1	9.000 BTU's/h	10	95.10.128-4	KOMECO KOS09FC	R\$ 1.450,00	R\$ 600,00	TEMPO FRIO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - ME
		1.2	12.000 BTU's/h	20	95.10.133-0	KOMECO KOS12FC	R\$ 1.650,00	R\$ 680,00	
		1.3	18.000 BTU's/h	20	95.10.121-7	BRIZE BZS18FC	R\$ 2.715,00	R\$ 750,00	
		1.4	24.000 BTU's/h	20	95.10.166-7	BRIZE BZS24FC	R\$ 3.200,00	R\$ 800,00	
		1.5	30.000 BTU's/h	15	95.10.148-9	KOMECO KOS30FC	R\$ 5.000,00	R\$ 950,00	
		1.6	36.000 BTU's/h	5	95.10.168-3	HITACHI RPC 36 AP	R\$ 5.820,00	R\$ 1.050,00	

[Assinatura]

LOTE	OBJETO	ITEM	CAPACIDADE	QUANT.	CÓDIGO TI	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)		FORNECEDOR
							PRODUTO	INSTALAÇÃO	
3	Eventual fornecimento e instalação de condicionadores de ar tipo "Split system" nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Águas Formosas, Abre-Campo, Açucena, Almorés, Almenara, Alvinópolis, Araçuaí, Barão de Cocais, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Carangola, Caratinga, Carlos Chagas, Conselheiro Pena, Coroaí, Coronel Fabriciano, Divino, Espera Feliz, Ferros, Galiléia, Governador Valadares, Guanhães, Inhapim, Ipanema, Ipatinga, Itabira, Itabirinha de Mantena, Itambacuri, Itanhomi, Itaobim, Jacinto, Jequeri, Jequitinhonha, Joalima, João Monlevade, Lajinha, Malacacheta, Manhuaçu, Manhumirim, Mantena, Medina, Mesquita, Mutum, Nanuque, Nova Era, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Peçanha, Pedra Azul, Raul Soares, Resplendor, Rio Casca, Rio Piracicaba, Rubim, Santa Bárbara, Santa Maria do Suaçuí, São Domingos do Prata, São João Evangelista, Tarumirim, Teófilo Otoni, Timóteo e Virgíópolis, conforme especificações técnicas.	1.1	9.000 BTU's/h	10	95.10.128-4	KOMEKO KOS09FC	R\$ 1.450,00	R\$ 600,00	TEMPO FRIO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - MIE
		1.2	12.000 BTU's/h	20	95.10.133-0	KOMEKO KOS12FC	R\$ 1.650,00	R\$ 680,00	
		1.3	18.000 BTU's/h	20	95.10.121-7	BRIZE BZS18FC	R\$ 2.715,00	R\$ 750,00	
		1.4	24.000 BTU's/h	20	95.10.166-7	BRIZE BZS24FC	R\$ 3.200,00	R\$ 800,00	
		1.5	30.000 BTU's/h	15	95.10.148-9	KOMEKO KOS30FC	R\$ 5.000,00	R\$ 950,00	
		1.6	36.000 BTU's/h	5	95.10.168-3	HITACHI RPC 36 AP	R\$ 5.820,00	R\$ 1.050,00	





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

LOTE	OBJETO	ITEM	CAPACIDADE	QUANT.	CÓDIGO TJ	MARCA/ MODELO	PREÇO		FORNECEDOR
							PRODUTO	UNITÁRIO (R\$) INSTALAÇÃO	
4	Eventual fornecimento e instalação de condicionadores de ar tipo "Split system" nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Cataguases, Além Paraíba, Alto Rio Doce, Andrelândia, Barbacena, Barroso, Bicas, Carandaí, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Entre-Rios de Minas, Ervália, Eugêniópolis, Guarani, Itabirito, Juiz de Fora, Leopoldina, Lima Duarte, Mar de Espanha, Mariana, Matias Barbosa, Mercês, Miradouro, Mirai, Muriaé, Ouro Branco, Ouro Preto, Palma, Piranga, Pirapetinga, Ponte Nova, Prados, Resende Costa, Rio Novo, Rio Pomba, Rio Preto, Santos Dumont, São João Del-Rei, São João Nepomuceno, Senador Firmino, Teófilas, Tocantins, Tombos, Ubá, Viçosa e Visconde do Rio Branco, conforme especificações técnicas.	1.1	9.000 BTU's/h	10	95.10.128-4	KOMECO KOS09FC	R\$ 1.450,00	R\$ 600,00	TEMPO FRIO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - ME
		1.2	12.000 BTU's/h	20	95.10.133-0	KOMECO KOS12FC	R\$ 1.650,00	R\$ 680,00	
		1.3	18.000 BTU's/h	20	95.10.121-7	BRIZE BZS18FC	R\$ 2.715,00	R\$ 750,00	
		1.4	24.000 BTU's/h	20	95.10.166-7	BRIZE BZS24FC	R\$ 3.200,00	R\$ 800,00	
		1.5	30.000 BTU's/h	15	95.10.148-9	KOMECO KOS30FC	R\$ 5.000,00	R\$ 950,00	
		1.6	36.000 BTU's/h	5	95.10.168-3	HITACHI RPC 36 AP	R\$ 5.820,00	R\$ 1.050,00	

LOTE	OBJETO	ITEM	CAPACIDADE	QUANT.	CÓDIGO TJ	MARCA/ MODELO	PREÇO		FORNECEDOR
							PRODUTO	UNITÁRIO (R\$)	
5	Eventual fornecimento e instalação de condicionadores de ar tipo "Split system" nos prédios do TJMG, localizados nas cidades de Aturuoca, Alfenas, Alpinópolis, Andradas, Areado, Baependi, Boa Esperança, Borda da Mata, Botelhos, Brazópolis, Bueno Brandão, Cabo Verde, Cachoeira de Minas, Caldas, Camanducaia, Cambuí, Cambuquira, Campanha, Campestre, Campos Gerais, Carmo de Minas, Carmo do Rio Claro, Cássia, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Cristina, Cruzília, Elói Mendes, Extrema, Guapé, Guaraniésia, Guaxupé, Ibiraci, Itajubá, Itamoi, Itamonte, Itanhandu, Itumirim, Jacu, Jacutinga, Lambari, Lavras, Machado, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Monte Sião, Muzambinho, Natércia, Nepomuceno, Nova Resende, Ouro Fino, Paraguaçu, Paraisópolis, Passa-Quatro, Passos, Pedralva, Perdões, Piumhi, Poço Fundo, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Pratápolis, Santa Rita de Caldas, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Sapucaí, São Lourenço, São Roque de Minas, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino, Silvianópolis, Três Corações, Três Pontas e Varginha, conforme especificações técnicas.	1.1	9.000 BTU's/h	10	95.10.128-4	KOMEKO KOS09FC	R\$ 1.450,00	R\$ 600,00	TEMPO FRIO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - ME
		1.2	12.000 BTU's/h	20	95.10.133-0	KOMEKO KOS12FC	R\$ 1.650,00	R\$ 680,00	
		1.3	18.000 BTU's/h	20	95.10.121-7	BRIZE BZS18FC	R\$ 2.715,00	R\$ 750,00	
		1.4	24.000 BTU's/h	20	95.10.166-7	BRIZE BZS24FC	R\$ 3.200,00	R\$ 800,00	
		1.5	30.000 BTU's/h	15	95.10.148-9	KOMEKO KOS30FC	R\$ 5.000,00	R\$ 950,00	
		1.6	36.000 BTU's/h	5	95.10.168-3	HITACHI RPC 36 AP	R\$ 5.820,00	R\$ 1.050,00	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS.

1.1. Capacidade: 9.000 BTU's/h: Aparelho condicionador de ar tipo "split" capacidade nominal de 9.000 BTU's/h, sendo admitido variação, para mais ou para menos, de 500 BTU's/h; unidade evaporadora tipo "Hi-Wall" na cor branca; unidade condensadora com descarga horizontal (admitido descarga vertical quando necessário); filtro de ar lavável; ciclo frio apenas; controle remoto sem fio; alimentação 220v; faixa de classificação "A" na Tabela de Eficiência Energética – condicionadores de ar- do Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO;

1.2. Capacidade: 12.000 BTU's/h: Aparelho condicionador de ar tipo "split" com capacidade nominal de 12.000 BTU's/h, sendo admitido variação, para mais ou para menos, de 500 BTU's/h; unidade evaporadora tipo "Hi-Wall" na cor branca; unidade condensadora com descarga horizontal (admitido descarga vertical quando necessário); filtro de ar lavável; ciclo frio apenas; controle remoto sem fio; alimentação 220v; faixa de classificação "A" na Tabela de Eficiência Energética – condicionadores de ar- do Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO;

1.3. Capacidade: 18.000 BTU's/h: Aparelho condicionador de ar tipo "split" com capacidade nominal de 18.000 BTU's/h, sendo admitido variação, para mais ou para menos, de 1000 BTU's/h; unidade evaporadora tipo "Hi-Wall" na cor branca; unidade condensadora com descarga horizontal (admitido descarga vertical quando necessário); filtro de ar lavável; ciclo frio apenas; controle remoto sem fio; alimentação 220v; faixa de classificação "B" ou "C" na Tabela de Eficiência Energética – condicionadores de ar- do Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO;

1.4. Capacidade: 24.000 BTU's/h: Aparelho condicionador de ar tipo "split" com capacidade nominal de 24.000 BTU's/h, sendo admitido variação, para mais ou para menos, de 1.000 BTU's/h; unidade evaporadora tipo "Hi-Wall" na cor branca; unidade condensadora com descarga horizontal (admitido descarga vertical quando necessário); filtro de ar lavável; ciclo frio apenas; controle remoto sem fio; alimentação 220v; faixa de classificação "B" ou "C" na Tabela de Eficiência Energética – condicionadores de ar - do Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO;

1.5. Capacidade: 30.000 BTU's/h: Aparelho condicionador de ar tipo "split" com capacidade nominal de 30.000 BTU's/h, sendo admitido variação, para mais ou para menos, de 2.000 BTU's/h; unidade evaporadora tipo "Hi-Wall" na cor branca; unidade condensadora com descarga horizontal (admitido descarga vertical quando necessário); filtro de ar lavável; ciclo frio apenas; controle remoto sem fio; alimentação 220v; faixa de classificação "B" ou "C" na Tabela de Eficiência Energética – condicionadores de ar - do Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO;

1.6. Capacidade: 36.000 BTU's/h: Aparelho condicionador de ar tipo "split" com capacidade nominal de 36.000 BTU's/h, sendo admitido variação, para mais ou para menos, de 2.000 BTU's/h; unidade evaporadora tipo "Piso-Teto" na cor branca; unidade condensadora com descarga horizontal (admitido descarga vertical quando necessário); filtro de ar lavável; ciclo frio apenas; controle remoto sem fio; alimentação 220V; faixa de classificação "B" ou "C" na Tabela de Eficiência Energética – condicionadores de ar - do Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO;

